

O PROUNI E A “DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR”: EXPLORAÇÕES EMPÍRICAS E CONCEITUAIS

Wilson Mesquita de **Almeida** – USP

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

O artigo insere-se no campo das relações estabelecidas entre os programas de acesso ao ensino superior de indivíduos de baixa renda e a expansão do setor privado lucrativo. Inicialmente, faço um breve retrospecto das características básicas do modelo de ensino superior brasileiro em nível de graduação e um delineamento do Programa Universidade para Todos. Em seguida, uma análise de questões discutidas na investigação, procurando reunir um conjunto circunstanciado de evidências empíricas que permita reconstruir, em alguns pontos essenciais, experiências de acesso e permanência de bolsistas da cidade de São Paulo. Por fim, uma avaliação crítica do programa enquanto política de acesso dos segmentos com desvantagens sociais na universidade brasileira tendo como anteparo uma discussão conceitual do termo democratização do ensino.

I - Ensino superior privado lucrativo no Brasil¹: expansão, estagnação e o ProUni

O modelo de ensino superior brasileiro comporta basicamente três características centrais: além de tardio² – a primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, é de 1920 -, acrescenta-se a fragmentação – é composto, sobretudo, por muitas faculdades isoladas – e a privatização, devido ao predomínio do setor privado com fins lucrativos, uma característica brasileira *sui generis* quando comparada aos países centrais capitalistas.

Na década de 1970, agrava-se o problema dos chamados *excedentes*, um dos pontos de “estrangulamento” do sistema de ensino. A medida tomada em relação a esse aspecto veio com o Decreto 68.908, de 1971, o qual instituiu o vestibular classificatório. Nesse período, as respostas para a problemática da expansão do ensino superior foram os benefícios dados às

¹ Lucrativo para diferir das instituições privadas comunitárias, confessionais, fundações de direito privado, dentre outras possibilidades, que cobram mensalidades, porém o lucro não é apropriado pelos proprietários – ou mantenedores.

²Cf. Oliven, 1993, p. 74; Cunha, 2000, p. 152.

universidades particulares em nível de graduação. Entretanto, é a partir da década de 1990³ – mais precisamente no período de 1997 a 2005 - que ocorreu uma verdadeira “explosão” do ensino superior privado, induzida pelo governo da época: entre 1980 e 2005, o total de instituições de ensino superior passou de 882 para 2.166, ou seja, um crescimento de 145% (Nunes, 2007, p. 11). Ao separa por fases, o autor observa uma diferença substantiva entre o período de 1980-1994, no qual houve um aumento de 10%, e a fase de 1994-2005, com crescimento de 236%. Esse aumento decorre das mudanças no campo do ensino superior privado, com a incorporação de instituições menores pelos grandes grupos e, em uma simbiose, uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, durante a gestão do ministro Paulo Renato Souza que, mediante decreto, criou os centros universitários, os quais, legalmente, podem abrir e fechar cursos e vagas sem autorização. São justamente esses centros as instituições que mais cresceram no período. Esse aspecto legal assume papel de suma importância, pois mesmo a Reforma Universitária de 1968 “... determinava que as universidades e estabelecimentos isolados, quando particulares, deveriam constituir-se sob a forma de fundações ou associações”. A Medida Provisória e o Decreto, ambos de agosto de 1997, explicitam agora que “... o setor privado educacional poderia se organizar com finalidades lucrativas”. Esse grupo de instituições, de caráter exclusivo para obtenção de lucro com a educação superior, já possui quase a metade do total das mantenedoras privadas⁴. (ibidem, p. 13-14)

O *Programa Universidade para Todos (ProUni)* foi implementado em 2005 pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais (25 a 50%) a estudantes de baixa renda em cursos de graduação de instituições particulares, as quais seriam beneficiadas com isenções fiscais. A seleção é feita por meio da nota obtida no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio⁵, exige-se que o aluno tenha estudado o ensino médio em escola pública (ou com bolsa integral na particular) e esteja situado em determinada faixa de renda – renda familiar *per capita* de até três salários mínimos. A posição do governo pode ser compreendida nos argumentos sustentados pelo

³ Nessa década houve programas de regularização do fluxo escolar. O acesso ao ensino fundamental foi ampliado e, como consequência, houve uma pressão pela expansão do nível médio, o que acabou ocorrendo. Os egressos do ensino médio, por sua vez, já exercem pressões diversas para entrada nas universidades públicas e privadas. Para acompanhar esse processo a partir do seu início no ensino fundamental, consultar Filho, Oliveira e Camargo (1999).

⁴ Recentemente saiu o último Censo do Ensino Superior (2007). Os dados estão sendo trabalhados para efeito de atualização. Porém, o essencial não muda: o setor privado manteve sua tendência de crescimento em nível de graduação.

⁵ Nota média de aproveitamento/corte a partir de 63 questões alternativas e uma redação. Cumpre dizer que tal exame nacional passou por mudanças no ano de 2009, tendo sido ampliado o número de questões para 180.

Ministro da Educação, Fernando Haddad, um dos idealizadores do programa. Sua tese central é de que o ProUni nada mais é do que uma regulamentação de um dispositivo constitucional⁶, feita pelo Executivo Federal, não provocando efeitos no tocante aos recursos da esfera pública educacional.

Primeiramente, é preciso enfatizar o que já foi dito acima sobre a constituição histórica do setor privado. Os incentivos possuem uma história anterior, como esclarece Cunha (2001) “... A acumulação de capital no ensino superior privado brasileiro foi feita com um enorme incentivo fiscal. Desde a constituição de 1937, essas instituições são isentas de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços. Elas não pagavam impostos. Em que outro setor o capital pode se acumular com esse benefício?” Carvalho (2005, p. 7), em importante estudo comparativo sobre a renúncia fiscal do regime militar e do governo Lula, também apresenta elementos que permitem refutar as posições defendidas pelo professor-ministro. Também ela aponta para um momento anterior “... A Lei nº 5.172/66, que instituiu o Código Tributário Nacional, em concordância com a Constituição Federal de 1967, determinava que não haveria incidência de impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços dos estabelecimentos de ensino de qualquer natureza. Em outras palavras, os estabelecimentos privados gozaram do privilégio, desde a sua criação, de imunidade fiscal, não recolhendo aos cofres públicos a receita tributária devida.” Logo, a questão-chave sob discussão está na compreensão da renúncia fiscal como “um mecanismo de financiamento público indireto para os estabelecimentos de ensino superior privados”. A tese da autora é que houve uma mudança na “gestão da política fiscal” a partir da década de 90 no Brasil, impactando na expansão dos gastos públicos. É nesse bojo que se empreende a construção do ProUni. Basicamente, efetuou-se uma transição de uma visão fiscal pautada no déficit público para o novo indicador⁷ baseado na “sustentabilidade da dívida pública”. Em decorrência, no que se refere ao impacto no ensino superior “... trata-se não mais de priorizar o caminho privado de expansão de matrículas, cursos e instituições, mas de criar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos já existentes.” (Cf. *Ibidem*, p. 9)

⁶ Acórdão do STF, em 1991, referente aos artigos 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal. Cf. Haddad e Bachur (2004).

⁷ Conforme sabemos, grande preocupação dos que regem a face hegemônica do atual capitalismo financeiro que vivemos, ou seja, credores internos milionários, bancos e investidores estrangeiros, a banca do capitalismo especulativo parasita, os “novos donos do poder” como nos ensina a economia política crítica. Em linguagem técnica, significa fazer superávit primário para pagar a dívida interna pública. Não é preciso dizer em quais áreas o corte dos recursos para pagar tal dívida serão feitos.

Portanto, quanto ao item da isenção, foram justamente as instituições com fins lucrativos as mais beneficiadas⁸, posto que ficaram isentas, a partir do ProUni, de pagar tributos antes devidos. A autora, à minha semelhança, pensa o ProUni como solução para as “vagas ociosas” criadas com a expansão desenfreada feita no governo Fernando Henrique Cardoso. Porém, Valente e Helene (2004) precisa o termo de forma incontestável e nos permite rever certas noções “... a existência de vagas ociosas no setor privado é outro logro. A maioria das vagas não preenchidas serve como reserva estratégica para as instituições privadas, não havendo recursos de infra-estrutura e professores esperando para atender aos estudantes”.

Outro fundamento para sustentar o argumento do governo refere-se à questão da qualidade das instituições, pois “condiciona a permanência da instituição no programa à avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, obrigando as instituições a um esforço adicional em busca de qualidade”⁹. Os resultados concretos não são muito favoráveis. Um primeiro remete à Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa Universidade para Todos (CONAP). Na sua composição, a iniciativa privada está muito bem representada em detrimento das universidades públicas, sem nenhum assento. O fato é que, tal como no Conselho Nacional de Educação, as instituições privadas são muito ociosas de seus domínios estratégicos. Por essa razão, bolsistas do ProUni presentes no I Encontro dos Bolsistas da Cidade de São Paulo cobraram do ministro maior rigor e “implementação real” da CONAP, pois sabem que qualidade conta muito. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo fornece alguns dados sobre o controle de qualidade “... cruzamento feito com os dados do Índice Geral de Cursos (IGC) mostra que 22,9% das que oferecem vagas no ProUni têm desempenho 1 e 2, o que pode ser traduzido como cursos com baixíssima qualidade. Ou seja, de 991 instituições no programa, 227 tiveram desempenho baixo. A maior parte das instituições tem conceito 3 – 58 universidades, 52 centros universitários e 289 faculdades isoladas. (Paraguassu, 2009)

Além disso, até o presente momento, nenhuma instituição com nota baixa foi descredenciada do ProUni: somente após três edições com resultados negativos no ENADE isso pode ocorrer. Mais uma vitória da iniciativa privada no ensino superior, pois na proposta original estavam previstas duas edições.

⁸ Catani e Gilioli (2005) discutem em artigo as interferências das associações privadas no processo de modificação e aprovação do ProUni. Só para se ter uma idéia de tamanha influência: o projeto de lei recebeu 292 propostas de emenda, a maioria beneficiando as mantenedoras.

⁹ Cf. Haddad e Bachur, 2004.

II - Bolsistas do ProUni

Não existe acesso aos dados mais específicos para um estudo mais completo do ProUni, mesmo quando solicitados diretamente aos responsáveis pela condução da política. Só há dados agregados, gerais, tais como número de bolsas disponíveis para cada ano, bolsas efetivamente preenchidas, distribuição por estado da federação, dentre outras informações mais genéricas. Entretanto, *nenhuma informação sobre a quantidade de bolsas distribuídas para cada instituição e curso*. Outros pesquisadores também já chamaram a atenção para essa falta de informações mais precisas¹⁰. Foram realizadas nove entrevistas¹¹ na cidade de São Paulo, contemplando estudantes¹² dos cursos de Direito (Cássia), Educação Física (Walter), Enfermagem (Marcos); Administração (Antônio), Economia (Rodrigo) Psicologia (Joana e Fabiana), Publicidade (Eduardo) e História (Daniel), das instituições PUC-SP, UNIP, MACKENZIE E UNIBAN. Procedo agora às articulações de alguns pontos centrais nas trajetórias dos estudantes, procurando apreender aproximações e diferenciações frente às questões colocadas para discussão.

Um primeiro aspecto relevante é verificar a correlação entre o *papel da leitura* e o *desempenho no exame*, sobretudo na redação. Sem uma boa nota na redação dificilmente teriam conseguido a vaga. Aqueles que não tinham o costume de ler desde a mais tenra idade foram justamente os que apresentaram as notas menos altas no grupo (Rodrigo com 67%, Walter com 63% e Eduardo com 69%), adquirindo o hábito de leitura em cursinhos preparatórios, no ensino médio ou até mesmo na faculdade. Quando questionados se leem livros não escolares, este subgrupo está mais voltado às leituras relacionadas ao curso que fazem, destoando do grupo mais bem posicionado, o qual lê assuntos variados.

Quanto às *estratégias de acesso* temos basicamente dois subgrupos: os que fizeram escola técnica¹³ durante o ensino médio – Rodrigo, Eduardo e Daniel - e aqueles que fizeram preparação específica para o ENEM seja nos cursinhos preparatórios - Cássia, Fabiana e

¹⁰ Cf. Catani, Hey e Gilioli, 2006, p. 127-8.

¹¹ Empreendo um estudo de tipo qualitativo. Mais entrevistas estão em andamento visando à diversidade de cursos e instituições, o que permitirá, gradativamente, traçar um quadro mais nuançado de caracteres envolvidos na problemática em tela. As entrevistas foram obtidas mediante contatos feitos no I Encontro de Bolsistas do ProUni na Cidade de São Paulo, promovido pela UNE, em novembro de 2007.

¹² Pseudônimos para preservação do anonimato.

¹³ Escolas ligadas ao Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, vinculado à UNESP. Para ter acesso os alunos precisam fazer um “vestibulinho”.

Walter -, seja na própria escola pública como o fez Marcos. O fato importante a reter é que são submetidos às seleções há mais tempo na trajetória escolar. Por fim, Antônio e Joana estudaram sozinhos para a conquista da vaga. Há certa diversidade de experiências nesse terreno, variando desde o caso de Daniel que aproveitou sua vivência no movimento estudantil como diferencial para sucesso no exame até Rodrigo, exemplo de como a escola pública quando levada a sério faz diferença “... a A ETE [Escola Técnica Estadual] foi uma oportunidade muito boa. Um modelo de ensino totalmente diferente da escola de bairro: diferença em relação à estrutura, nível dos colegas e professores”.

As características da prova do *ENEM* e dos exames das universidades públicas permitem ponderar o desempenho dos bolsistas do ProUni, lido às vezes de forma acrítica. Implantado em 1998 com o intuito avaliativo, o ENEM, ao fim e ao cabo foi alterado para servir como exame de entrada na universidade. Por cobrar mais interpretação de textos (leitura nos enunciados) ligados à vida cotidiana (conhecimento geral e experiência de vida) e menos os conteúdos das disciplinas obrigatórias do ensino médio, em geral tal exame possui questões com um grau menor de dificuldades. É lícito reconhecer que os bolsistas passam por uma seleção, ao contrário dos falsos exames vestibulares das universidades particulares de cunho lucrativo. Logo, estão entre os alunos mais preparados da escola pública regular. Porém, enfrentaram obstáculos na concorrência das vagas no ensino superior público paulista, de qualidade melhor. Dos nove alunos, seis tentaram a universidade pública e três não o fizeram com medo de fracassar. Apenas Cássia passou em Enfermagem na USP. Ou seja, o problema do acesso dos alunos do ensino médio público à universidade pública continua sendo pouco enfrentado¹⁴ entre nós.

Verifiquemos a *composição familiar*, articulando trajetória ocupacional, escolaridade dos pais e irmãos, onde residem. Pode-se verificar que há um forte vínculo entre aqueles que possuem pais e irmãos com escolaridade superior¹⁵ e os entrevistados com um trajeto mais vantajoso em termos do prestígio do curso e da universidade. Além disso, também a idade de ingresso, menos tardia. Essa a situação de Cássia (21 anos, Direito na PUC-SP), Fabiana (21 anos, Psicologia no Mackenzie) e Eduardo (Publicidade, 22, no Mackenzie). Quanto à *trajetória ocupacional* dos entrevistados, há múltiplas inserções no que tange aos empregos

¹⁴ Marcos ao falar sobre o seu fracasso no vestibular da FUVEST sintetiza o que todos nós sabemos há tempo, qual seja, o aluno da escola pública ou não viu o conteúdo cobrado ou o viu de forma bastante precária “... caiu situações que eu não tinha condições de resolver”.

¹⁵ Como há muito sabemos, o capital escolar dos pais como elemento condicionante de acesso dos filhos à universidade. O pai de Cássia é formado em Direito. A mãe de Eduardo é formada em Letras e seu pai em Sociologia.

pelos quais passaram, rebatendo fortemente nos seus trajetos escolares. Os dois extremos são Daniel e Cássia. De um lado, o primeiro iniciou sua jornada de trabalho aos 14 anos como office-boy e continuou obtendo empregos em serralheria, oficina mecânica e na construção civil como servente de pedreiro. Atualmente recebe ajuda de custo do partido (PC do B) e paga pensão ao filho. Por outro lado, Cássia fez basicamente estágios e durante a fase pré-vestibular ficou sem trabalhar. O par *tipo de moradia e local de residência* também é revelador da camada social dos alunos, de suas condições próximas e de suas nuances. Há os que possuem moradia própria e estão relativamente bem situados na geografia paulistana: Cássia e Joana moram em bairros da zona leste mais próximos do centro, enquanto Walter, embora resida em casa própria, está no extremo leste, região mais periférica. Fabiana mora na Bela Vista, região central. Logo, há forte correspondência entre o tipo de moradia, bairro, curso e universidade: as três mulheres, especialmente mais bem localizadas, estão presentes nos cursos mais disputados e nas universidades mais prestigiadas. Por outro lado, há aqueles que vivem em bairros mais afastados e, acima de tudo, não possuem residência fixa, morando de aluguel ou em situação menos estável: Rodrigo mora em casa que não tem escritura e Daniel, no extremo sul, em um apartamento conquistado no movimento de moradia. Podemos caracterizá-los como estudantes de renda mais baixa, moradores de bairros mais afastados da zona central, freqüentadores de universidades particulares de baixo prestígio e de cursos menos concorridos.

Quanto à vida universitária, eles não apresentam obstáculos de adaptação para acompanhamento da carreira escolhida. O que não significa que não tenham uma rotina pesada de estudos para dar conta das tarefas. A escassez do tempo, estritamente relacionada às suas condições sociais de trabalhador-estudante¹⁶, constitui para todos, sem exceção, a dificuldade maior, seguida do pouco dinheiro para compra de material didático e refeições nos espaços estudantis, voltados para a camada média. Um desdobramento ligado à vida universitária é o aspecto referente às *relações de sociabilidade* entre camadas sociais distintas, marcadas por desigualdades abissais entre os prounistas – notadamente aqueles que freqüentam cursos disputados em universidades prestigiadas - e seus colegas oriundos da classe média alta. A desigualdade social manifesta-se na mensalidade do curso que fazem, verdadeiras rendas de muitas famílias brasileiras – o valor de Psicologia no Mackenzie é de R\$ 1.070,00, Direito na PUC é de R\$ 1.300,00. Além disso, evidencia-se também nas possibilidades permitidas pelo dinheiro para certa classe média tradicional, expressas na fala

¹⁶ Hirano (1987).

de Joana “o que eu sinto por estudar em uma escola elitizada é que o universo delas é bem diferente do meu. Elas [as colegas] não têm preocupação alguma com ... chegam as férias vão viajar para n lugares, tem uma prova difícil ‘vamos ficar a semana inteira no laboratório estudando’. Eu não, tenho que adaptar os meus horários. Quando trabalhava no outro emprego, tinha plantão de 12 horas. Tinha uma prova na terça, tinha que estudar no domingo.”

III - Problematizando a democratização do ensino superior

Cabe agora uma apreciação circunstanciada das posições a respeito do programa enquanto política que visa a favorecer o ingresso do jovem de baixa renda no ensino superior. Basicamente, três posicionamentos podem ser delimitados.

Um primeiro, expresso por Cássia, Fabiana e Walter é mais *questionador* de suas bases, entendendo-o como um paliativo e devendo ser priorizado o investimento em vagas de universidades públicas. Fabiana exprime nos seguintes termos “por mais que eu seja aluna do ProUni, como política pública eu acho que é um *band-aid*, um remendo para tapar um pouco a ferida”. Cássia fundamenta sua crítica no pouco investimento realizado na educação básica “... forma de disfarçar a defasagem do ensino fundamental e do ensino médio. Porque qualquer pessoa que saia do ensino fundamental e médio da escola pública não vai conseguir entrar na universidade pública, não consegue, pelo menos para curso de grande gabarito não vai conseguir”. Walter vê fraquezas na permanência do ensino superior, mais precisamente no aproveitamento das potencialidades da universidade “a bolsa do ProUni é apenas uma forma de populismo. Não basta colocar o aluno, é fundamental proporcionar subsídios para mantê-lo. Isso sim é inserção na universidade. Você consegue a bolsa, mas depois fica jogado – dificuldades de transporte, apostilas, xerox, livros, cursos, alimentação. Se você consegue uma bolsa integral, está implícito que a renda é baixa. A pessoa tem que trabalhar para se manter e não tem a vivência ampla da universidade, ter tempo para estudar, se ambientar no meio acadêmico. Trabalhando e estudando não atende a demanda de desenvolvimento do aluno e, no caso, ele consegue só o certificado de conclusão do curso.”

Um segundo agrupamento poderia ser qualificado como mais *entusiasta*, defendendo-o mais abertamente. Aqui figuram Marcos e Rodrigo. Substancialmente, entendem que “o aluno do ProUni não está de favor” na universidade, pois a vaga foi conquistada com o mérito

de ter passado em um exame nacional, por serem os melhores alunos das escolas públicas. Para esse subgrupo, sem esse passaporte dificilmente fariam um curso superior. Rodrigo o acha “brilhante, muito inteligente”, pois é o que vai lhe proporcionar um progresso econômico que sua origem social não permite “... igual a mim (...) eu vim de um bairro pobre, escola de bairro pobre e hoje eu estou aqui na faculdade Mackenzie tendo acesso às principais empresas da cidade. Então, minha renda futuramente vai ser bem maior.” Marcos foi aquele que defendeu mais arduamente o programa. Não vê limitação alguma, defendendo sua continuidade. O aspecto que chama a atenção no seu caso refere-se ao acesso à universidade pública, impossibilitado pela restrição de conteúdo. Nessa situação, o ProUni reveste-se de alternativa única para o ensino superior “As escolas públicas hoje não têm o suporte adequado para preparar um aluno para passar em uma FUVEST [fundação que faz o vestibular da USP] e uma Unicamp. Eu falo isso porque eu tinha um professor de biologia da escola pública que dava aula na escola particular. Ele falava que o conteúdo que passava na escola pública era um terço (1/3) da escola particular. O aluno de baixa renda não vai estudar em escola particular, então ele vai ter essa deficiência. Se ele não ganhar uma bolsa, jamais vai entrar em uma pública. Existem alunos que conseguem, mas são casos isolados.”

Por fim, um último posicionamento é aquele expresso pelos dois entrevistados que são oriundos do movimento estudantil: Daniel e Antônio. Uma posição *cautelosa*, ressaltando a alternativa que o programa é ao modo dos entusiastas, entretanto, criticando seu aspecto tampão, à semelhança dos questionadores. Participaram da luta para que o programa viesse a ser realidade, mas, assim como alguns militantes das várias organizações estudantis, estão em uma posição dúbia, pois sempre defenderam a expansão de vagas nas universidades públicas¹⁷. A comparação de Antônio com outra política do governo Lula, tão polêmica quanto saudada pelos indivíduos de baixa renda, é ilustrativa dessa posição “... é uma forma de criar mecanismos para você poder tentar minimizar as desigualdades sociais e econômicas. É necessário criar mais universidades públicas, acho que o caminho da universidade pública é o ideal. O ProUni é comparável ao Bolsa-Família, ele ajuda a pessoa que não tem condições de estudar, mas o ideal é que as pessoas tenham condições de estudar por sua conta ou em uma universidade pública.” De qualquer forma, para todos, o ProUni apresenta-se como uma alternativa devido a dois fatores intimamente ligados: *restrição financeira*, pois, mesmo trabalhando, não conseguiriam pagar pelo curso escolhido e dar conta das obrigações de

¹⁷ “Dinheiro público só em vaga pública”, conforme lema antigo da UNE.

sustento familiar. Por outro lado, oriundos da escola pública regular brasileira¹⁸, no processo de socialização escolar que tiveram foram afastados dos conteúdos mínimos que pudessem prepará-los para disputar as vagas das universidades públicas, ou seja, possuem também aquilo que denomino como *restrição acadêmica*.

Algumas considerações a respeito da categoria “democratização do ensino superior” à luz de uma análise conceitual a partir de trabalhos sobre a temática. Destaca-se aqui a subdivisão em um aspecto quantitativo e outro qualitativo, necessária para uma precisão no uso do conceito, tendo em vista seu tratamento científico mais rigoroso. Há uma profusão de termos entre os pesquisadores, todos, porém, confluindo para uma mesma significação. Assim, Antoine Prost (apud Merle, 2000, p. 16) distingue uma *democratização quantitativa*, a qual indica um crescimento da taxa de escolarização entre as camadas sociais. Democratizar significando difundir a instrução. Erlich (1998, p. 57-8) designa-o como “democratização uniforme”. Langouët (2002, p. 122) qualifica-o como “massificação ou demografização escolar”. Por outro lado, quando centrada na diminuição das diferenças escolares ligadas à origem social, teríamos uma *democratização qualitativa*, aspecto socialmente mais eficaz conforme podemos compreender as palavras de Fernandes (1966, p. 123-4) “... o aspecto central do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades educacionais. Um país tende a democratizar seu sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam, aberta ou disfarçadamente, em privilégio social”. É justamente aqui que se encontra o nó da questão, pois o processo de relativa abertura das oportunidades de galgar níveis educacionais mais elevados, desde os anos 60 do século XX, foi objeto de críticas e ponderações baseadas em diversas pesquisas empíricas, sobretudo aquelas voltadas para a verificação dos mecanismos de seleção social operados no meio escolar. Esses trabalhos, dentre muitos outros, funcionaram como análises que pediam cautela na apreciação da expansão do ensino, devido às condições bem desiguais entre os vários tipos estudantis. (Cf. Bourdieu e Passeron 1964; 1970; Desautay, 1974; Gouveia 1968; Ribeiro e Klein 1982; Castro e Ribeiro, 1979)

O espírito da questão é bem captado por Passeron (1979, p. 44) “... retornar ao debate que se instaurou no início dos anos 60 em torno do ensino superior dá a impressão desconcertante de um panorama profundamente transformado e, entretanto, rico de ‘dejá vu’.”

¹⁸ Os problemas que afligem a escola pública são muitos e já conhecidos. No momento atual, qualifico-a como um verdadeiro “teatro de horrores”. Experiências positivas existem, mas ainda são exceção face aos condicionantes perversos que a estruturam.

Talvez, à semelhança de outras questões estruturais que tocam fundo na análise social, o tema da democratização carrega sempre esse tom de algo já visto, mudado, renovado e, no entanto, nunca superado. Ou seja, o processo de democratização de ensino não consegue realizar-se por completo – é possível em uma sociedade desigual? – ou ao menos avançar mais na sua face qualitativa. Em uma direção mais crítica, é salutar o estudo de Garcia e Pompeau (2003) sobre os vieses dos indicadores estatísticos no debate sobre a democratização: a ocultação das hierarquias entre as fileiras¹⁹, o esquecimento das condições sociais da certificação e o uso capcioso de métodos estatísticos tendenciosos no sentido de indicar reduções das desigualdades entre os estudantes.

Para os nossos casos empíricos, preliminarmente, as conclusões de Jean Claude Passeron são esclarecedoras quanto aos entraves estruturais que condicionam a democratização do ensino superior “... Os dados históricos tanto quanto o rigor sociológico obrigam distinguir dois fenômenos: da maior ou menor mobilidade social [inter ou intrageracional] dos indivíduos entre os grupos ou classes de uma sociedade e da maior ou menor desigualdade (de poder, de renda, de prestígio) entre os grupos ou classes consideradas coletivamente. A questão das relações da escola e da democracia não se reduz à questão do nível ao qual ela favorece a mobilidade social dos indivíduos (Passeron, *ibidem*, p. 49; 53-54)

Conclusões: problemáticas sugeridas pela análise

A partir dos dados primários e secundários investigados, é possível extrair algumas problemáticas para reflexão, dado o trabalho de investigação ainda em andamento. Em primeiro lugar, o ProUni possibilita, de fato, acesso dos indivíduos de baixa renda a alguns cursos mais disputados e prestigiados, carreiras às quais, regularmente, não tem acesso nas universidades públicas. Entretanto, como o MEC não disponibiliza informações específicas, prospecções mais sólidas não podem ser feitas pelos pesquisadores do tema. Restam várias perguntas sem respostas: qual a proporção desses estudantes no conjunto dos beneficiados? Em quais universidades estão? Qual a posição de tais universidades no conjunto do sistema de ensino superior? Recorrendo à avaliação das universidades no Exame Nacional de Desempenho – ENADE, é possível constatar que parcela não desprezível de cursos com bolsas do ProUni está situada na faixa com as notas mais baixas.

¹⁹ Termo bem francês. Aqui são os tipos de ensino aos quais os indivíduos tem acesso. Para nossa discussão, o tipo de universidade.

Uma segunda consideração é que é preciso agrupar os estudantes por instituições e cursos, pois os dados iniciais apontam uma polarização entre instituições confessionais (PUC E MACKENZIE) e instituições particulares lucrativas. Dentro desse agrupamento, uma extração por cursos mais e menos concorridos. Como se pode observar, a heterogeneidade dos percursos é ponto de observação não desprezível.

A discussão do nível dos alunos do ProUni, constantemente ressaltado pelos gestores públicos na defesa do programa. É preciso ponderar algo que sutilmente não é dito, já que a comparação é feita contrastando com o desempenho dos estudantes que fizeram o “vestibular” da instituição particular. A questão central é o filtro, ou seja, o ENEM para os bolsistas, o falso vestibular encontrado na maioria das instituições particulares e aqueles encontrados nas instituições públicas e confessionais, com nível de dificuldade mais estruturado nos conteúdos não vistos ou vistos de forma precária pelo estudante do ensino médio público.

Outro ponto para reflexão é o financiamento do setor privado lucrativo. Qual o efetivo papel do ProUni nesse cenário? Para tal, é preciso verificar o impacto no número de estudantes bolsistas no setor privado em São Paulo. Novamente, como não temos dados divulgados por curso e instituição, fica difícil refletir sobre esse aspecto. Porém, algumas pistas: dados do Censo da Educação Superior de 2005 para a região metropolitana de São Paulo apontaram uma reversão da queda do número de ingressantes nas instituições privadas, nas quais havia diminuição desde 2001. De 2003 a 2004, o crescimento havia sido de 4%. Com o ProUni, houve um aumento de 10,4% em 2005. Sem ele, o percentual seria 3,5% em 2005. Extrai-se que os vetores do financiamento do ensino superior privado lucrativo desde a época do regime militar mantiveram-se nos dias atuais: o crédito educativo, hoje FIES, e a isenção de impostos, remodelados com o ProUni. A integração entre o FIES e o ProUni, cada vez mais reforçada a partir de várias diretrizes já aprovadas em lei, são evidências para sustentar que o fulcro da questão seja justamente o crédito – dependente que são as instituições desse mecanismo para consolidarem-se e expandirem-se.

Depreende-se que, à medida que as políticas de acesso ao ensino superior público forem sendo enfraquecidas – tanto no debate acadêmico quanto na gestão do Estado –, mais perdem força argumentos questionadores de soluções como o ProUni. Logo, é preciso articular as aspirações desses jovens com alternativas reais e viáveis para entrada nas

instituições públicas²⁰ (escolas técnicas, cursos tecnológicos e universidades) seja mediante políticas de corte conjuntural como cursinhos comunitários, cursos de reforço, dentre outras formas, seja com políticas mais estruturais de qualidade da escola pública fundamental e média, sob pena de uma conclusão difícil para todos que defendemos a educação pública, mas lógica e real: o ProUni abre, ainda que timidamente, uma porta para certa fatia da juventude de baixa renda que almeja o ensino superior e não está sendo contemplada nem pelas universidades particulares voltadas para uma classe média já estabelecida (capital econômico) e, tampouco, pelas instituições públicas, tidas como espaços distantes e exclusivos (preparação para o acesso).

Em um país no qual o ensino superior público – na maior parte, de melhor qualidade – comparece com a mais baixa taxa de acesso do continente, é preciso, cada vez mais, desconstruir alternativas que, sob o manto aparente de “democratizar” o acesso e a permanência ou do seu similar mais atual, “incluir” no ensino superior, os segmentos socialmente mais modestos, transfere renda estatal para um setor hoje bilionário e que, somente no discurso, leva a sério a tarefa inadiável da educação.

²⁰ Carvalho (2005, p. 16) enfatiza o papel social mais ativo da universidade pública “... Quanto ao caráter social [do Prouni], há dúvidas quanto a sua efetividade, uma vez que a população de baixa renda não necessita apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, tais como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, bolsas de pesquisa, entre outros.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. *A escola dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular, desigualdade social*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *Les Héritiers: les étudiants e la culture*. Paris: Minuit, 1964.

_____. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política de Ensino Superior e Renúncia Fiscal: da Reforma Universitária de 1968 ao ProUni. In: Reunião Anual da Anped, 28, 2005, Caxambu. *Anais*, Caxambu, Anped, 2005, p. 1-17.

CASTRO, C.M.; RIBEIRO, S. C. Desigualdade social e acesso à universidade – dilemas e tendências. *Forum*, v. 3, n. 4, p. 3-23, 1979.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R.S.P. O ProUni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CUNHA, L. A. A Expansão do Ensino Superior: Causas e Conseqüências. *Debate e Crítica*, n. 5, p. 27-58, 1975.

_____. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2000, p. 151-204.

_____. Entrevista. *Caros Amigos*, Edição Especial, n. 9, novembro 2001.

DESAUNAY, Guy. “Les déclassés”: les étudiants pauvres à l’université. In: GRASS, A. (org.). *Sociologie de l’éducation: textes fondamentaux*. Paris: Larousse, 1974, p. 195-206.

ERLICH, Valérie. Vers une democratization de l’enseignement supérieur? In: ERLICH, V. *Les nouveaux étudiants: une groupe social en mutation*. Paris: Armand Colin, 1998, p. 51-58.

ERTHAL, J. M.; PEROZIM, L. O ensino vai à Bolsa. São Paulo, *Carta Capital*, p. 10-15, 17 out. 2007.

FERNANDES, F. A democratização do ensino. In: *Educação e Sociedade no Brasil*. SP: Edusp/Dominus, 1966, p. 123-134.

FILHO, R. M.; OLIVEIRA, R. P.; CAMARGO, R. B. Tendências da matrícula no ensino fundamental regular no Brasil. In: OLIVEIRA, Cleiton et al. *Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras*. BH: Autêntica, 1999, p. 37-60.

GARCIA, Sandrine; POMPEAU, Franck. La mesure de la “démocratisation” scolaire: notes sur les usages sociologiques des indicateurs statistiques. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 2003, n. 149, p. 74-87.

GOUVEIA, A. J. Desigualdades no Acesso à Educação de Nível Médio. *Pesquisa e Planejamento*, n. 10, 1966, p. 33-43

_____. Democratização do Ensino Superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 50, n. 112, jul./set. 1968, p. 232-244.

HADDAD, Fernando; BACHUR, João Paulo. Um passo atrás, dois à frente. *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, 11 dez. 2004.

HADDAD, Fernando. Prouni. *Folha de São Paulo*, 31 agosto 2006.

HIRANO, Sedi et al. A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação socioeconômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP. *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*, São Paulo, v. 4, n.1, p. 83-108, 1987.

LANGOUËT, Gabriel. French schools are changing: But post-school transition is becoming more and more difficult. *Australian Journal of Education*, Vol. 46, n. 2, 2002, p. 121-137.

MERLE, Pierre. Le concept de démocratisation de l’institution scolaire: une typologie et sa mise à l’épreuve. *Population*, v. 55, n. 1, 2000, p. 15-50.

NUNES, Edson. *Desafio Estratégico da Política Pública: o Ensino Superior Brasileiro*. Rio de Janeiro: 2007. (Observatório Universitário, Documento de Trabalho, nº 70). Versão Preliminar.

OLIVEN, Arabela Campos. Arquipélago de competência: universidades brasileiras na década de 90. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 86, p. 75-78, ago. 1993.

PARAGUASSU, Lisandra. PROUNI tem 23% das instituições com nota baixa: cruzamento feito pelo ‘Estado’ aponta que 227 delas tiveram conceito 1 e 2 no Índice Geral de Cursos. *O Estado de São Paulo*, 20 de jan. 2009, p. A16.

PASSERON, J-C. La démocratisation de l’enseignement supérieur dans les pays européens: essai de rétrospective. *Population*, vol. IX, nº I, 1979.

RIBEIRO, S. C.; KLEIN, R. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, v. 5, p. 29-43, 1982.

ROSENBERG, C. Nota alta. *Exame*, n. 7, p. 35-45, abr. 2002.

TROGER, Vincent. “Bourdieu et l'école: la démocratisation désenchantée”. *Sciences Humaines*, 2002, p. 16-23.

VALENTE, Ivan; HELENE, Otaviano. O Prouni e os muitos enganos. *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, 11 dez. 2004.

ZAGONEL, Luiz. Ousadia com o governo: novo presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior defende que o setor seja mais agressivo na relação com o Ministério. *Ensino Superior*, ano 10, edição 116.